

Lei n.º 7.960/89

Art. 2º (...)

§ 4º-A O mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária estabelecido no caput deste artigo, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado. (Incluído pela Lei nº 13.869. de 2019)

Lei n.º 7.960/89

Art. 2º (...)

§ 5º A prisão somente poderá ser executada depois da expedição de mandado judicial.

§ 6º Efetuada a prisão, a autoridade policial informará o preso dos direitos previstos no art. 5º da Constituição Federal.

Lei n.º 7.960/89

Art. 2º (...)

§ 7º Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva. (Incluído pela Lei nº 13.869. de 2019)

Prisão temporária

- Decorrido o prazo da prisão temporária, a liberdade do indiciado está condicionada a nova decisão judicial?
- Se, durante a prisão temporária, a autoridade policial entender que não há mais a necessidade manter o indiciado preso, ela pode revogar a prisão e colocar o indiciado em liberdade?

Prisão temporária

- O prazo da prisão temporária é processual ou material?

§ 8º Inclui-se o dia do cumprimento do mandado de prisão no cômputo do prazo de prisão temporária. (Redação dada pela Lei nº 13.869. de 2019)

Prisão temporária

Art. 3º Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos.

1) (Prova: IDECAN - PM CE - Soldado – 2023) O despacho que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de:

- A) 48 horas, a partir do recebimento da representação.
- B) 24 horas, a partir do recebimento da representação ou do requerimento.
- C) 5 dias, a contar da apresentação do réu em audiência de custódia.
- D) 8 dias, a partir do recebimento do requerimento.
- E) 10 dias, a partir do recebimento da representação ou do requerimento.

2) (IBFC - 2024 - Polícia Penal - GO - Policial Penal) A prisão temporária, decretada para assegurar o sucesso de uma determinada diligência, é utilizada na fase de investigação do inquérito policial, com a finalidade de coletar provas. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A prisão temporária é decretada por qualquer pessoa
- b) O mandado de prisão temporária, pela urgência, dispensa a indicação do período de duração
- c) Os presos temporários podem permanecer junto com os demais detentos
- d) Na prisão provisória, por ser uma medida cautelar, não exige elementos concretos, basta a mera conjectura
- e) Cabe prisão temporária quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade

3) (INSTITUTO AOCP - 2024 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial) No que diz respeito à prisão temporária, na forma do disposto na Lei nº 7.960/1989, assinale a alternativa correta.

- a) A prisão temporária, que será decretada pelo Juiz em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, terá o prazo de 5 (cinco) dias, vedada sua prorrogação.
- b) Caberá prisão temporária para qualquer crime, desde que punido com detenção ou reclusão.
- c) O mandado de prisão conterá, necessariamente, o período de duração da prisão temporária, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado.
- d) Os presos temporários poderão permanecer, a critério da autoridade responsável pela custódia, separados dos demais detentos.
- e) Sendo a autoridade policial a responsável pelo pedido de prisão temporária, o Juiz deve decidir sem oitiva do Ministério Público.

4) (CESPE / CEBRASPE - 2025 - TRF - 6ª REGIÃO - Técnico Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Agente de Polícia Judicial) Acerca das prisões cautelares, julgue o item subsequente.

A prisão temporária terá o prazo de cinco dias, prorrogável, de forma automática, por igual período.

5) (Q2703346 - Prova: CESPE/CEBRASPE - POLC AL - Perito Criminal - Área: Direito – 2023)

Durante uma investigação de homicídio, o autor do fato foi identificado, e a autoridade policial solicitou autorização judicial para realizar a interceptação telefônica e a decretação da prisão, tendo sido a interceptação indeferida pelo juiz, que entendeu que haveria outras formas de se obter a prova. Considerando-se a situação hipotética em comento e os aspectos suscitados pelo tema, julgue os itens subsequentes.

A prisão temporária será admitida pelo prazo de 30 dias, prorrogáveis por uma vez, e o acusado deverá ser solto caso não haja decretação de prisão preventiva.

6) (Q2754233 - Prova: CESPE/CEBRASPE - MPE PA - Promotor Substituto – 2023) Em relação à prisão temporária, assinale a opção correta.

- A) O prazo da cautelar, em qualquer caso, é de trinta dias, prorrogável por igual período.
- B) Não depende de representação da autoridade policial, podendo ser decretada de ofício pelo juiz.
- C) Pode ser decretada após o oferecimento da denúncia.
- D) Pode ser decretada nos crimes contra o sistema financeiro.
- E) Pode ser decretada nas infrações de menor potencial ofensivo.